

«Le Groupe des 7 riches est ainsi partagé entre la crainte de voir les pauvres s'enrichir et la frayeur de les voir s'appauvrir davantage».

JEAN-FRANÇOIS BAYART
La Réinvention du Capitalisme (1994)

O acordo de cessar-fogo assinado no princípio do presente ano entre o Governo e a UNITA representa um marco histórico na vida de Angola, país dilacerado por décadas de guerra ininterrupta. Constitui assim um «virar de página» ao criar-se uma nova situação, inédita desde a independência nacional.

Importa pois discernir as perspectivas do país, quer à luz do momento actual quer na decorrência de um passado pesado de consequências.

Angola ascendeu à independência nacional num contexto extremamente difícil. O povo angolano ousou sonhar com uma independência efectiva no contexto da implantação de um regime político que assegurasse uma efectiva solidariedade social e que em torno dela se processasse e se consolidasse a construção efectiva da nação, a criação de «um só Povo, uma só Nação».

Quase três décadas depois, impõe-se uma reflexão sobre as bases e constrangimentos históricos em que assentou o objectivo da construção da nação.

A ascensão de Angola à independência nacional coincide, *grosso modo*, com o início de implantação no país do «ciclo do petróleo» e, num contexto global, com o *boom* petrolífero da década de 70 decorrente dos choques produzidos pelos aumentos vertiginosos do preço do crude no mercado internacional.

Assim, após uma contínua ascensão do peso do petróleo no conjunto das exportações da colónia a partir de 1969 (5,2 por cento do total, nesse ano), 1973 marca o efectivo nascimento do «ciclo do petróleo» (nesse ano o petróleo torna-se o primeiro produto de exportação, atingindo o peso de 30 por cento no conjunto total das exportações). De igual modo, as «receitas das indústrias petrolíferas» tornaram-se, a partir desse ano, a principal

rubrica das «receitas ordinárias» do orçamento da colónia, com um peso de cerca de 17 por cento. Tais participações percentuais não pararam, a partir de então, de crescer, atingindo valores paradigmáticos nos últimos anos.

Significa isto que o tímido e tardio ensaio de introdução «forçada» de relações de produção capitalistas levado a cabo a partir da década de 60 (tenha-se bem presente que num contexto colonial e com uma efectiva ausência de uma burguesia nacional porque estranha ao sistema) não só não conseguiu alterar a filosofia vigente de exploração colonial assente na implantação dos velhos modelos *vent-for-surplus* como não foi capaz de impedir, na prática, a criação das bases materiais de implantação de uma sociedade e de um Estado rendeiro (simultaneamente produtor de petróleo e *mining state*).

A chamada *rentier theory* é conclusiva quer em termos da determinação das consequências que a nível económico resultam do funcionamento de um Estado e de uma sociedade rendeira (nomeadamente o desencadeamento «inelutável» da chamada *Dutch disease*, com a consequente hipertrofia dos sectores de bens não trocáveis e a grave atrofia dos sectores agrícola e industrial geradores de desenvolvimento) quer em termos de «moldagem» da natureza e instituições do Estado; de igual modo, a nível da sociedade, da eclosão de uma «mentalidade rendeira» expressão, a nível da superestrutura, de uma forma peculiar de utilização dos *windfall resources* através de um sistema meramente «redistributivo» (desligado de processos baseados em «conteúdos económicos») gerador de graves assimetrias. Esta lógica é ainda conducente a uma cristalização social inibidora de processos de mudança, os quais só seriam possíveis se em presença de uma capacidade de reivindicação ancorada numa base material, obviamente alheia a um sistema de «aproveitamento» rendeiro. Esta lógica «bloqueia» as sociedades¹.

E foi esta a realidade nascente, herdada do colonialismo, que coincidiu com o nascimento e moldagem do Estado e sociedade pós-coloniais, marcando-os profundamente.

O contexto geopolítico de Angola

O contexto geopolítico em que Angola se insere desde há décadas constituiu outro sério constrangimento à afirmação de uma vida e de um desenvolvimento reais; muito pelo contrário, não só a Guerra Fria constituiu um factor fundamental conducente a uma verdadeira destruição do país até um passado recente², como o relativo peso da inserção do país no sistema global de aproveitamento de recursos minerais e, em particular, a sua integração na definição do sistema estratégico de aprovisionamento de crude por parte das potências ocidentais, nomeadamente dos EUA, são determinantes como elemento tendencial de geração de relações concretas de dependência e extroversão.

Um outro factor a sublinhar é o da coincidência, no tempo, do processo de construção do Estado pós-colonial com o período de reforço da globalização, estágio «natural» de evolução do sistema capitalista mundial³ e do triunfo, a partir dos anos 80, do seu instrumento dilecto e eficaz, a imposição do paradigma neoliberal (fenómeno cujas consequências não se circunscrevem, obviamente, a Angola mas que afectam, de forma particularmente dramática, a África subsariana).

Ao constituir também um forte factor de inibição do desenvolvimento endógeno por induzir, no domínio das relações internacionais, a reprodução tendencial das mesmas condições geradoras de idênticas vantagens comparativas, a imposição do paradigma neoliberal acarreta, na periferia, as condições de reprodução da economia rendeira (os produtos que constituem «renda» são tendencialmente os únicos para os quais os países da periferia possuem «vantagens comparativas»; caso contrário, o «centro», por interposição de uma «salutar» excepção ao paradigma, estabelece barreiras protectoras «de correcção»).

Acresce ainda que a imposição do paradigma neoliberal e o princípio de «menos e melhor Estado» coincidiram, no tempo histórico, precisamente com a construção dos novos Estados pós-coloniais, bem assim como um determinado estágio de evolução histórica das sociedades, marcado por um

reforço do processo de diferenciação política e social e de aprofundamento do processo de acumulação primitiva de capital.

Assim, no que concerne aos países recém-independentes, de cariz rendeiro herdado da fase colonial (com um perfil altamente centralizador, portanto), o constrangimento externo, agravado pela imposição dos postulados neoliberais, não poderia deixar de conduzir às seguintes consequências:

- A uma reprodução e reforço da sua lógica rendeira dada a «inevitabilidade» da sua inserção no sistema de relações internacionais através das tendencialmente permanentes vantagens comparativas;
- A uma conseqüente inibição do desenvolvimento endógeno das sociedades, forçando-as a uma comparticipação no sistema capitalista mundial num contexto de ligação umbilical dependente, sem desenvolvimento de relações de produção capitalistas internas (por lógica sistémica), gerando uma mera caricatura de capitalismo pobre (sistema híbrido de interligação ao sistema capitalista mundial com a manutenção, utilização e potenciação instrumental de relações internas predominantemente tributárias);
- À inviabilização do processo de acumulação primitiva de capital *numa referência nacional*, dado o inelutável processo de extroversão da acumulação⁴.

Por outro lado, o modelo de acumulação privada imposto pelo exterior num contexto de «desmantelamento do Estado» e de reprodução sistémica da lógica rendeira não poderia senão conduzir:

- A um aprofundamento do processo de *rent-seeking*: as «empresas» não têm qualquer hipótese de se inserir num sistema de funcionamento «normalizado» da economia enquanto se mantiver a lógica rendeira, transformando-as em meros actores (agentes) de captação de renda;
- À inviabilização de um processo de acumulação *nacional* de capital;
- À ancilose (não «evolução») da sociedade sob os pontos de vista económico, social e político, enquanto se mantiverem os factores de reprodução do sistema;
- A uma dramática assimetria no processo de redistribuição do rendimento (social e regional)⁵.

Eis portanto a grande causa da falência da filosofia desenvolvimentista: a da «vertigem» da afirmação nacional partindo de uma lógica rendeira, sem ter em devida conta os constrangimentos externos e internos.

A guerra e o desenvolvimento do sistema rendeiro

No caso concreto de Angola, alguns dados relevantes podem ilustrar, de forma simples mas conclusiva, a par de outros constrangimentos, a mistura particularmente «sensível» de desenvolvimento de um sistema rendeiro com uma guerra de destruição sistemática imposta pelo Ocidente (e terminada quando, do exterior, se consideraram preenchidas as «condições» para o seu término).

A década de 90 foi marcada no domínio económico (mas não só), simultaneamente, por duas circunstâncias capitais: a aplicação plena de um modelo de acumulação privado, condição *sine qua non* dos chamados Programas de Ajustamento Estrutural⁶; e um reforço da lógica rendeira.

A título ilustrativo⁷, é possível assinalar:

- O contínuo incremento do peso das exportações de petróleo bruto no conjunto global das exportações, que, de menos de 75 por cento em 1980, passou a atingir valores à volta de 90 por cento durante a década de 90 (com algumas variações conjunturais resultantes da irregularidade do peso dos diamantes). Seja como for, as exportações de petróleo bruto e diamantes constituíram praticamente as únicas fontes de divisas do país nesse período;
- O peso da indústria petrolífera no PIB oscilou (com variações conjunturais advenientes essencialmente das alterações dos preços do crude no mercado internacional) entre cerca de 50 por cento no início da década de 90 e mais de 60 por cento no término da mesma (recorde-se que tal peso não atingia os 41 por cento em 1985). Se consideramos a contínua expansão do peso da exploração diamantífera no PIB (a qual atingiu já mais de 8 por cento em 2000), teremos, para o conjunto da indústria mineira (exploração petrolífera incluída), a expressiva participação de cerca de 70 por cento no PIB do país. Quer isto dizer que para *o resto* da economia *formal* sobram cerca de 30 por cento, o que dá uma ideia não só do nível de pobreza

gerada por este processo, dadas as desigualdades na redistribuição do rendimento a ele inerente, bem como, necessariamente, da dimensão do sector informal;

- O reforço da dependência das receitas fiscais em relação ao sector petrolífero foi outra constante: passou de cerca de 83 por cento em 1993 para cerca de 86 por cento em 2000;
- Angola tornou-se um dos países do mundo com maior nível de abertura internacional da sua economia. Assim, o rácio exportações mais importações/PIB passou de valores à volta de 96 por cento em 1990 para cerca de 238 por cento em 2000 (nesse ano, as importações cifraram-se em cerca de 114 por cento do PIB, contra 49 por cento em 1990);
- Constata-se igualmente uma diminuição contínua da participação conjunta dos sectores da agricultura, silvicultura, pecuária, pescas e indústria transformadora no PIB na década de 90, passando de cerca de 13,5 por cento no início do período para cerca de 8,2 por cento no seu término;
- Nesse mesmo período, o «índice de industrialização» (1974=100) passou de 23,6 para 11,1 (devendo ser tomados em devida conta os decréscimos de produtividade verificados na indústria transformadora, bem como as quedas no emprego industrial);
- Foi muito significativo o desvio negativo entre a ordem do PIB *per capita* (dólares PPC) e a ordem do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com que terminou a década de 90: - 44. Este desvio negativo, resultado de uma tendência temporal de agravamento, é um dos mais altos do mundo: só igualado pelo Gabão (- 44) e suplantado pela África do Sul e Botswana, (- 49 e - 55, respectivamente), o que constitui um importante factor de reflexão sobre a justeza dos modelos de desenvolvimento destes dois países da África Austral.

As referências supra-indicadas permitem-nos ponderar sobre a década da *liberalização económica* e da aplicação prática de um concreto *modelo de acumulação privada*, realidades que, a par da situação de *guerra* (vigente desde que o país assumiu a independência e, desde antes, com outros contornos), urge referir que se processaram em consonância com:

- Um reforço da lógica e processos próprios de uma economia rendeira e com o conseqüente reforço dos fenómenos de dependência e extroversão;
- O desenvolvimento do processo de degradação do tecido económico do país, o que constitui um sério (mas ultrapassável) *handicap* a um futuro processo de desenvolvimento endógeno.

Seja como for, a *rentier theory* constitui um poderoso manancial teórico de interpretação e explicação quer da nossa realidade actual (como, aliás, das várias realidades históricas desde os primórdios do colonialismo, desde que ajustados os contextos) quer da situação prevalecente na África subsariana em geral.

Resta-nos assim, armados com a teoria e com o conhecimento prático da realidade, perscrutar o futuro e «agir» sobre ele.

Uma oportunidade ímpar

O actual processo de pacificação do país constitui, repita-se, uma oportunidade ímpar, um factor fundamental de viabilização de uma aglutinação nacional em torno das difíceis mas cruciais decisões que possam conduzir a um desenvolvimento endógeno num contexto de verdadeira afirmação nacional. Os constrangimentos externos e internos são demasiado graves e devem ser enfrentados com uma determinação proporcional à sua real dimensão; o contexto de extroversão/dependência que a história gerou para o país deve ter, na determinação da aglutinação em torno de um consenso e afirmação nacional, a justa contra-resposta conducente a um real desenvolvimento económico, social e político.

Não cabe neste âmbito a enunciação das linhas gerais informadoras de um futuro programa de desenvolvimento para o país. Contudo, será necessário explicitar desde já algumas ideias-força:

- Angola deve centrar-se sobre si própria; devem ser os Angolanos a assumir o seu destino, num contexto de defesa activa da identidade nacional e de combate activo aos factores geradores de extroversão/dependência quer a nível económico quer ao nível social, político e cultural.

- Sob o ponto de vista económico (e não só), após o período de ajustamento, de transição, correspondente *grosso modo* à aplicação global e prática do processo de pacificação do país, Angola deve centrar-se na criação das bases para a *construção de uma economia pós-rendeira*. Esta formulação geral, este desiderato, exige a criação das bases político-sociais que a viabilizem; exige necessariamente a neutralização de interesses entretanto sedimentados na fase rendeira; exige um verdadeiro consenso nacional em torno do combate pelo desenvolvimento endógeno, o que implica um reajustamento cultural profundo que torne necessária a intuição de que o desenvolvimento não é uma mercadoria, não é algo que se possa comprar: ele é, acima de tudo, *um processo* e será uma conquista.
- O desenvolvimento como processo implica a *rejeição de uma «modernização sem desenvolvimento»*, aliás própria da fase rendeira; implica ainda a introdução das indispensáveis correcções a nível da ultrapassagem das formas e processos tradicionais «redistributivos» de rendimento e a sua conseqüente substituição por instrumentos de redistribuição do rendimento com conteúdo económico.
- Urge aprofundar a discussão e forjar um consenso nacional em torno do processo de acumulação de capital, tendo por base a ideia nuclear do combate à extroversão, o que significa que o processo de acumulação privada deve ser coordenado com o processo de transposição da fase rendeira de modo a que o mesmo assuma um verdadeiro substrato nacional (o que obviamente «choca» com a imposição do paradigma neoliberal vigente nas relações internacionais). Seja como for, não é factível um processo de acumulação nacional num contexto de «empresas» e actores económicos meros agentes captadores de rendas geradas em sistema de enclave, numa lógica interna de *rent-seeking* e de conseqüente extroversão. *Um processo de acumulação privada nacional só é possível num contexto pós-rendeiro*.
- Só um contexto pós-rendeiro poderá corrigir as abismais assimetrias (inclusive regionais) na redistribuição do rendimento mediante a retribuição do trabalho prestado num processo (endógeno) de criação de riqueza; só

nesse contexto será factível qualquer estratégia séria e real de combate à pobreza.

- A edificação da fase pós-rendeira deverá processar-se ainda em coordenação com um programa adequado de aplicação das rendas obtidas desde que observados os princípios e objectivos supramencionados, bem como o princípio da sua «injecção doseada» na economia nacional, na justa medida da sua real capacidade de «absorção» temporal.

Estas ideias-força poderão constituir algumas das bases para uma futura estratégia de recuperação e desenvolvimento do país e para alicerçar um consenso global de *afirmação nacional*, tendo como pano de fundo uma verdadeira *reconciliação nacional* e uma genuína *reconciliação social*, geradores de indispensáveis reforços de legitimidade.

NOTAS

¹ Existe hoje alguma literatura contendo estudos sobre o Estado, a sociedade e a economia rendeira, aliás na decorrência de obras anteriores de autores como Hossein Mahdavy, Giacomo Luciani, Hazem Beblawi, etc. Recomendam-se entretanto, nomeadamente: *The Rentier State in Africa*, Douglas A. Yates, Africa World Press, 1996; *The Paradox of Plenty*, Terry Lynn Karl, University of California Press, 1997; *Revue Tiers Monde*, n.º 163, «Formes et Mutations des Économies Rentières au Moyen-Orient», Julho/ /Setembro-2000.

² É ilustrativa, a este respeito, a obra de George Wright, *A Destruição de Um País*, Caminho, 2000.

³ Consulte-se a este respeito, nomeadamente para aprofundamento, a obra de Samir Amin, *Os Desafios da Mundialização*, Dinossauro, 2000.

⁴ É elucidativo, sobre esta matéria, o recente estudo da CNUCED, *Les Flux de Capitaux et la Croissance en Afrique*, 2000.

⁵ Por esse mesmo motivo, referem com propriedade alguns autores que se torna tendencialmente despida de significado, nos países de alto cariz rendeiro, a utilização de indicadores como o PIB/pc ou o PBN/pc. Por outro lado, regista-se uma expressiva concentração regional de renda em torno dos centros «receptadores» da mesma. Esta circunstância é ainda uma das causas fundamentais do êxodo rural.

⁶ É necessário sublinhar que, *grosso modo*, não há que pôr em causa o postulado da exigência da estabilização macroeconómica integrante dos Programas de Ajustamento Estrutural, uma vez que o mesmo constitui, de facto, uma condição necessária, imprescindível, de uma boa gestão da economia, seja em que circunstâncias for.

⁷ Uma parte substancial dos dados reproduzidos foram obtidos a partir do livro de Manuel José Alves da Rocha, *Os Limites do Crescimento Económico em Angola*, LAC/Executive Center, 2002.